



Correio Sindical Mercosul

Serviço de notícias

Especial - novembro -1999



Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

[Algumas palavras iniciais](#)

[Dúvidas e Links](#)

[Alguns dos efeitos da globalização](#)

[O que acontecerá em Seattle no final de novembro ?](#)

[Agenda Social e Política de Seattle](#)

[Opiniões e Documentos](#)

[Agenda da 3ª Conferência Ministerial da OMC](#)

[Apoio](#)

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

[Edição](#)


Consultoria Econômica e Social

A 3ª CONFERÊNCIA INTERMINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC E A RODADA DO MILÊNIO

Algumas palavras iniciais

No final de novembro se reunirão em Seattle, nos Estados Unidos representantes dos governos de 133 países para a reunião inicial da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (de 29.11 a 03.12.99). Sem que a maioria dos trabalhadores e da população se dê conta, até o momento, esta será a primeira de uma série de reuniões da provavelmente mais poderosa organização do mundo. Mais poderosa que o FMI e certamente mais poderosa que a ONU que tem o mesmo status legal.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), que sucedeu ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) tem a capacidade de impor as suas decisões sob a ameaça de sanções econômicas. Trata-se pois de um quase-estado supranacional para o qual qualquer lei promulgada em qualquer país associado é questionável e potencialmente ilegal se apresentar qualquer restrição ao “livre comércio”. Ao contrário do GATT que tratou basicamente de tarifas e quotas comerciais, a OMC abrange uma ampla gama de questões: normas alimentares e ambientais, regulação de serviços (transporte, finanças, seguros, etc.) Uma lei ou medida de um país, se denunciada por outro, será julgada de forma secreta e com pouca possibilidade de recurso quanto ao seu resultado. Um país que teve uma lei sua condenada ou muda a lei ou compensa os prejuízos comerciais do outro país. Ou então se submete à sanções comerciais. Poucos países deixam de se submeter a OMC.

Se os países membros da OMC chegarem a um acordo, a Rodada do Milênio será o desfecho de uma tentativa de disciplinar o comércio que nasceu na década de 50 com a criação do Gatt, um tratado que orientava as trocas de bens industriais. Como nos anos 50, a exemplo da Europa, os Estados Unidos também tinham uma política agrícola agressiva com mercado protegido, a agricultura ficou de fora do acordo.

O crescimento do comércio foi espantoso, com taxas de 8% ao ano, bem superior ao crescimento médio da economia mundial. O modelo do Gatt se esgotou nas décadas de 1970 e 1980, com aumento do protecionismo e proliferação de acordos de restrição voluntária.

Os Estados Unidos, que também protegiam sua agricultura, mudaram de estratégia e propuseram o fim dos subsídios agrícolas, mas não tiveram sucesso com os europeus. Ao mesmo tempo, crescia o setor de serviços, que não tinha regras definidas.

Em 1986, foi lançada a Rodada Uruguai, que criou a OMC. As atuais negociações, que também devem incluir outros temas, como comércio eletrônico e meio-ambiente, começam este mês.

A 3ª Conferência Interministerial da Organização Mundial do Comércio, marcada para o final deste mês em Seattle, Estados Unidos, tem o ambicioso objetivo de se tornar o ponto de partida das negociações que vão definir as regras do comércio para as próximas décadas. Batizada como 'Rodada do Milênio', a conferência tem contra si a baixa disposição de países e blocos econômicos de negociar pontos que lhes são favoráveis pelas regras atuais.

Os países ricos, capitaneados pelos Estados Unidos e Japão tentam levar para o âmbito da OMC a discussão sobre o MAI (Acordo Multilateral de Investimentos) proposta já discutida na OECD onde fracassou, repudiada pela opinião pública pois buscava garantir a lucratividade e a segurança dos investimentos (das multinacionais). Esta questão aprovada no âmbito da OMC tem muito mais alcance e eficácia, pois como dissemos esta organização, ao contrário da OECD, tem poder para garantir suas decisões.¹

Já as questões sobre as normas de proteção ao trabalhador, baixos salários, emprego foram tiradas da discussão da OMC. “Nós rejeitamos o uso de normas trabalhistas com propósitos protecionistas, e concordamos que a vantagem comparativa dos países, particularmente de países em desenvolvimento de baixa renda, não deve de nenhum modo ser colocada em questão”. Assim reza a declaração da Reunião Ministerial da OMC realizada em Singapura em 1996. As questões envolvendo o trabalho e o trabalhador devem ser discutidas no âmbito da OIT, uma organização com infinitamente menos poder que a OMC.

Mas o movimento sindical mundial deve incluir como prioridades em sua agenda outros temas além da “Clausula Social”, ou seja deveriam tratar de outros temas da agenda de Seattle - a questão dos Investimentos, Subsídios e Medidas anti-dumping, Propriedade Intelectual, liberalização da agricultura e do comércio de serviços. O resultado do tratamento desses temas condicionará a capacidade de formulação de políticas nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento e obviamente os mais afetados serão os países menos industrializados e mais pobres.

¹ *Gazeta Mercantil Latino-Americana/ 15-19/11/1999, Gazeta Mercantil, 19/11/1999*

Uma questão fundamental para o emprego é o “livre comércio”. Os países do Terceiro mundo foram forçados pela combinação das políticas do BIRD, do FMI e da OMC à rápida abertura de suas economias. Isso trouxe consequências catastróficas para a maioria dos países quanto a recessão e a desemprego . No entanto, os países industrializados protegem vigorosamente suas economias. Um estudo recente mostrou que as tarifas que esses países “impõem às importações de manufaturados dos países pobres são quatro vezes mais elevadas que as impostas à outros países ricos”². Só isso já diz muito .

A próxima rodada da OMC vai centrar seu foco sobre a agricultura. É crucial essa discussão para nossos povos. O Uruguay tem nos produtos agrícolas 70% de suas exportações, a Argentina quase 50% e o Brasil 40% . Os países ricos, apesar de seu discurso, subsidiam amplamente a sua agricultura e protegem-na de todas as maneiras. Isso tem que mudar .

Outro tema importante é o fato da OMC se regular pelo princípio do **single undertaking** (nada está acordado até que tudo esteja negociado) , conceito introduzido pela rodada do Uruguay (e aplicado também na ALCA). Ou seja não existem acordos parciais - para obter vantagens em áreas que tenham mais competitividade os países tem que ceder em outros que tenham desvantagens. Alguns dirão que isso pode ser uma vantagem para os países menos desenvolvidos, pois poderão condicionar suas perdas a novos ganhos. Acontece que o conceito é aplicado de forma indiscriminada, ou seja trata um mundo absolutamente desigual como se fosse homogêneo e equitativo. Isso não é assim e como a economia está repartida de forma tão desigual, os países mais ricos dispõem de muito mais poder de barganha e de pressão para impor os temas da agenda e os resultados das negociações

Na reunião Ministerial do **G 77** (grupo que reúne 77 países em desenvolvimento e mais pobres) realizada em Marrakech entre 14 e 16 de setembro passado, promovida pela UNCTAD , foi aprovada uma Declaração com várias recomendações a serem levadas a Seattle prevendo exatamente um tratamento diferenciado entre países mais e menos desenvolvidos, a prorrogação dos prazos para os países mais pobres implementarem medidas internas de subsídio e apoio ao desenvolvimento regional e/ou setorial e relativas à propriedade intelectual.

Na ocasião, o Secretário Geral da UNCTAD, Embaixador brasileiro Rubens Ricupero disse em seu pronunciamento que os países em desenvolvimento deveriam ter cuidado em aceitar a aplicação não qualificada desse conceito. Na sua opinião esse conceito só deveria ser aceitável se houvesse um razoável equilíbrio entre os países e não a situação atual, onde uns tem 90% do comércio e outros apenas 10%. Para exemplificar o que estava dizendo comparou os períodos estabelecidos para a aplicação do acordo de TRIPS (propriedade intelectual) e o de têxteis e agricultura. Porque no primeiro caso esse período é muito mais curto?

Obviamente essa questão está diretamente relacionada ao acesso e tratamento da P& D (pesquisa e desenvolvimento) o que sem dúvida deveria ser uma das prioridades de nossos países pois, como disse o Secretário Geral da UNCTAD "o acesso à tecnologia e ao conhecimento está cada vez mais difícil e pesquisa e desenvolvimento são os instrumentos para aprender sobre processos de desenvolvimento. Competitividade depende sobretudo disso".

Ou seja, de nada adiantará maior liberalização da agricultura e fim dos subsídios se não forem estendidos os prazos para que os países mais pobres possam promover outros tipos de políticas internas, se esses não tiverem acesso a tecnologia (adiamento da aplicação do acordo de TRIPS) e investimentos produtivos e se não houver uma regulação e controle da circulação dos capitais financeiros.

Não haverá compatibilidade entre crescimento comercial, financeiro e social se na agenda da OMC o tratamento da relação entre livre comércio, condições de trabalho e do meio ambiente não forem prioridades e receberem um tratamento sério e não haverá transparência se a sociedade organizada não tiver acesso as negociações e o direito de opinar sobre as decisões que condicionam cada vez mais o futuro da humanidade e que, como veremos, estão concentradas em cada vez menos mãos.

Além disso, cada vez mais as possibilidades de aprofundamento da integração e a coordenação e execução de políticas macroeconômicas e principalmente produtivas e sociais no Mercosul, como reivindicam há tempo as organizações sindicais , dependerão das regras definidas pela OMC, que condiciona as decisões comerciais e políticas de nosso bloco.

Editores do **Correio Sindical Mercosul/Correo Sindical Mercosur)**

[regressar](#)

² *Gazeta Mercantil*, 27.09.99).

Dúvidas e Links

TRIMS E TRIPS ????? O que é isso.

Essa sopa de letras esconde algumas coisas que devem nos preocupar, já que está para vencer o prazo de moratória para sua aplicação e a menos que ele seja renegociado, ou melhor, do modo que ele seja renegociado pois certamente esse prazo será objeto de negociação, eles terão influencia imediata em muitas coisas. Entre elas por exemplo, o Acordo Automotivo Comum pois sua validação imediata tornará o Regime Automotivo brasileiro ilegal no âmbito da OMC . Veja algumas coisas que se escondem atrás das letrinhas:

- **TRIMS** (Medidas comerciais relacionadas a investimentos) obriga os 133 países associados, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento, a eliminar barreiras a investimentos, um precursor do MAI . No seu âmbito, por exemplo, ficam proibidas cláusulas que obriguem investidores ou compradores de empresas privatizadas a usarem bens e serviços comprados nos mercados locais !
- **TRIPS** (Medidas comerciais relacionadas a propriedades intelectuais) obriga os países associados a não contrariarem o monopólio do proprietário de patentes e propriedade intelectual, mesmo que para beneficiar sua população em matéria de saúde publica ou emergências !

Procure na Internet

Sites altyernativos na WEB sobre a Conferencia da OMC

WTO Millennium Round by Green Party <http://www.millenniumround.org>
Ontario PIRG's MAInot Project website at <http://mai.flora.org>,
Peoples Global Action (PGA) <http://www.agp.org/agp/es/index.html>
PGA in Seattle <http://members.aol.com/mwmorrill/pga.htm>
People For Fair Trade website at <http://www.peopleforfairtrade.org>,
Public Citizens Global Trade Watch <http://www.tradewatch.org>,
Seattle Citizen Committee <http://www.seattlewto.org>
Third World Network <http://www.twinside.org.sg/souths/twn/trade.htm>
BUND (Friends of the Earth Germany) <http://www.snafu.de/~bund> or www.bund.net
Friends of the Earth Europe <http://www.foeeurope.org>,
Trade, Environment and Sustainability <http://www.foe.co.uk/foei/tes>,
Critical Mass, Seattle <http://www.oz.net/~nic/cm.html>
CIOSL - <http://www2.icftu.org/taskforce>

Sites Governamentais

World Trade Organization: <http://www.wto.org>
WTO Seattle: <http://www.wto.org/wto/minist/seatmin.htm>
Seattle Business welcomes WTO at <http://www.wtoseattle.org>,
Seattle Business welcomes WTO: <http://www.wtoseattle.org>
European Commission: <http://europa.eu.int/comm/dg01/dg1newround.htm>
TABD Mid Year Report: <http://www.tabd.org/about/MYMEExecSummary1.html>
and the annex: <http://www.tabd.org/about/MYMTechicalAnnex.html>

[regressar](#)

Alguns dos efeitos da globalização³

- O comércio mundial cresceu uma taxa de 4,4% ao ano na década de 80 e 6,6% ao ano durante os anos 90; Espera-se que no ano 2001 entre 200 e 500 bilhões de dólares sejam adicionados à renda global.
- Devido às vantagens da globalização **27 milhões de pessoas em todo o mundo** - 90% delas mulheres - trabalham atualmente em Zonas de Processamento de Exportações, 213 dessas áreas estão nos EUA, 124 na China e 107 no México
- Em 1994 cerca de 12 milhões de habitantes dos países em desenvolvimento estavam trabalhando em empresas transnacionais que apesar de serem responsáveis por 70 a 80% dos investimentos externos empregam apenas 03% da força de trabalho mundial, **enquanto que cerca de 150 milhões de pessoas estão totalmente desempregadas e cerca de um bilhão de pessoas em todo o mundo estão subempregadas.**
- Os Investimentos Externos Diretos cresceram de US\$21.5 bilhões em 1973 para US\$400 bilhões em 1997, mas sua distribuição tem sido muito desigual. No ano de 1997 os investimentos externos totalizaram US\$150 bilhões, dos quais 80% dirigiram-se às 12 maiores economias do mundo e os 30% restantes, cerca de US\$ 30 bilhões foram repartidos entre 136 países em desenvolvimento - volume inferior ao recebido apenas pelo Reino Unido no mesmo período.
- A distribuição do comércio é ainda pior. Cerca de 70% das riquezas geradas pela liberalização comercial vão para os ricos países do Norte e os 30% restantes são repartidos entre a América Latina, China e as economias emergentes do Leste Asiático.
- Em 1995 o comércio de serviços ultrapassou a US\$1 trilhão, cerca de 25% desse valor proveio de transações comerciais globais.
- A liberalização de serviços foi introduzida na agenda do GATT na Rodada do Uruguay e é um dos principais pontos da agenda de interesse dos países desenvolvidos. Da mesma forma na Ronda anterior do GATT se estabeleceu um acordo sobre a Regulamentação dos Direitos de Propriedade Intelectual - (TRIPS)- visando regular o crescimento do comércio nas áreas de copyright, patentes, desenho industrial- e sua implementação estará novamente na agenda da OMC, sendo intenção dos países mais ricos diminuir o período em que os países possam se utilizar de tecnologia, designs, fórmulas já patenteadas sem a devida autorização dos que tenham o monopólio das patentes e/ou propriedade intelectual dos mesmos.

Liberalização financeira e desemprego

- Devido à crise provocada pela movimentação de **capitais voláteis, em 1994/95 o México perdeu um milhão de empregos**
- De acordo com a OIT a crise asiática de 1998 afetou quase todo o sul asiático - Sri Lanka, Nepal, Paquistão, Bangladesh, Coreia do Sul e Indonésia. Nesse ano foram perdidos 8 milhões de empregos na Indonésia elevando a 20% a taxa de desocupação nesse país; e a taxa de desemprego da Coreia e Indonésia dobrou. Cerca de 1,5 milhões de migrantes foram deixaram seus países em busca de empregos em outras regiões.
- Os efeitos da crise do sul asiático chegaram até a Rússia e o Brasil - somente na região metropolitana de São Paulo há quase dois milhões de desempregados

[regressar](#)

³ PANOS BRIEFINGS - Globalisation and Employment - New opportunities, real threats, Maio 1999, <http://www.oneworld.org/guides>

O que acontecerá em Seattle no final de novembro ?

O período de pré-negociações, que vem ocorrendo há meses em Genebra, ainda não definiu nem metade da minuta que será levada a Seattle. Há menos de quinze dias da conferência, não se sabe ainda quais temas serão discutido nem seus objetivos.

Para os latino-americanos, em particular, e países desenvolvidos, em geral, o saldo é péssimo. Depois de décadas com o comércio de bens industriais regulados pelo Gatt (agricultura e serviços não têm regulamentação), seguida da abertura acelerada de seus mercados nos anos 90, o caminho inverso pode ser fechado. Nada que garanta a abertura dos mercados americano e europeu a produtos agrícolas, ou aço, por exemplo.

Com o encerramento da Rodada Uruguai, ficou definido que o tema agrícola seria rediscutido antes do fim do milênio. Mas em que termos? A 'garantia de rediscussão' não significa coisa alguma. É um acordo lastreado em objetivos vagos. O que emperra a preparação da agenda que será levada a Seattle é a resistência européia em pôr no papel objetivos claros a respeito.

A agricultura concentra a polêmica

Às vésperas da reunião o afrontamento entre os grandes exportadores e importadores agrícolas prossegue em Genebra, jogando sombrias perspectivas sobre a conferência ministerial de Seattle, que deverá indicar os rumos das negociações que serão realizadas a partir de janeiro na Organização Mundial de Comércio (OMC).

A situação, que já era complicada, piorou com um retrocesso da União Européia (UE), líder do bloco protecionista que inclui Japão, Coreia do Sul, Suíça e Noruega. Bruxelas quer limitar ainda mais o objetivo da negociação, reduzindo-a a um 'estágio' de um longo processo de reforma do comércio agrícola mundial. E numa demonstração de que não está disposta a flexibilidades, reintroduziu a exigência de referência explícita do conceito de multifuncionalidade na agricultura, segurança e qualidade dos alimentos e proteção animal.

Será possível eliminar o subsídios agrícolas?

Não há dúvida de que a Europa sofre fortes pressões orçamentárias com esse amontoado de subsídios e incentivos ao setor agrícola. Começam a pesar excessivamente no bolso dos próprios contribuintes europeus. O assunto está sendo discutido internamente, considerando obviamente o peso da agricultura nos países do Leste Europeu que estão em processo de ingressar na UE.

Todos se recordam da última etapa das negociações da Rodada Uruguai, quando os Estados Unidos abandonaram os países em desenvolvimento, a quem prometiam alinhamento contra a política agrícola européia. Na última hora, firmaram acordo particular com a Europa.

Porém alguns empresários estão mais otimistas por acreditarem que há mais condições a favor hoje do que havia há dez anos. Por exemplo, o poder de negociação do grupo de Cairns, nome da cidade onde foi criado, na Austrália. Dele fazem parte ainda os quatro do Mercosul, Chile, Canadá, Colômbia, África do Sul, Nova Zelândia, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Malásia e Fiji. Todos exportadores de produtos agrícolas.

Os Estados Unidos, que até agora insistiam numa negociação limitada a agricultura, serviços e oito setores industriais na Rodada do Milênio, deram um recado às outras duas potências comerciais, a União Européia e o Japão : se eles querem uma rodada abrangente, tudo bem. Mas ela deve incluir todos os produtos industriais e todos os produtos agrícolas. O Japão imediatamente retrucou que produtos florestais e de pesca, por exemplo, devem ser tratados separadamente.

10^a Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) chega a um consenso para a Rodada do Milênio

Com exceção dos caribenhos, todos os países do continente americano irão à reunião da OMC dispostos a defender quatro pontos no que se refere ao setor agrícola: melhores condições de acesso a mercados, redução ou eliminação do apoio interno aos produtores, eliminação dos subsídios às exportações e garantia de que as medidas sanitárias não serão utilizadas como barreiras não-tarifárias.

O consenso em torno desses temas foi obtido no decorrer das discussões da 10a. Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), evento preparatório à reunião da OMC, encerrado dia 01/11 em Salvador, Bahia e os resultados foram registrados na **Declaração de Salvador**⁴.

Países em desenvolvimento querem prorrogar incentivos e resistem negociar nova redução de tarifas industriais

A ampliação do prazo para a manutenção dos regimes automotivos de países em desenvolvimento, como o que o Brasil tem, entrou nas negociações para a conferência ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Seattle (EUA).

O México, hoje um dos maiores exportadores de automóveis, tomou a dianteira: anunciou já na metade de setembro na OMC que planeja pedir uma extensão de quatro anos para eliminar Medidas de Investimento ligadas ao Comércio (TRIMs em inglês) na sua indústria automobilística. Acrescentou que seu pedido pode nem mesmo ser necessário porque os países em desenvolvimento esperam em Seattle uma decisão prolongando o período de transição de cinco anos (1995-1999) que termina em dezembro.

O anúncio mexicano provocou imediata reação. Os Estados Unidos (EUA) e a União Européia (UE) disseram que admitem considerar a aumento do prazo na base do caso por caso, mas se opõem fortemente a qualquer tipo de ampliação generalizada.⁵

O Brasil, assim como vários outros países latino-americanos, excluiu a negociação de tarifas industriais das propostas apresentadas à Organização Mundial de Comércio (OMC) para possível inclusão na agenda da nova rodada multilateral. Atendendo pedido feito pela OMC, o Brasil levou ao organismo demandas sobre agricultura, antidumping, medidas de investimento relacionadas ao comércio e subsídios.

O governo brasileiro não tocou, porém, no tema de tarifas industriais. Sua inclusão na agenda é de interesse dos países ricos. O setor industrial brasileiro também é contrário à uma eventual negociação que leve à redução de tarifas para produtos industriais por países em desenvolvimento.

[regressar](#)

⁴ *Gazeta Mercantil*, 02/11/1999

⁵ *Gazeta Mercantil*, 17/09/1999, *Gazeta Mercantil Latino-Americana*,

Agenda Social e Política de Seattle

24-29 de Noviembre - 113ª reunión del Comité Ejecutivo de la CIOSL y Conferencia Sobre la Mundialización de los derechos laborales

En Seattle (Estados Unidos) se llevarán a cabo las reuniones del Comité Directivo de la CIOSL y de su Comité Ejecutivo. En la misma se discutirá principalmente la preparación del XVII Congreso Mundial de la CIOSL el próximo mes de abril, en Durban. Se realizará una ceremonia para conmemorar el 50º aniversario de la CIOSL. Finalmente, en vísperas de la Conferencia Ministerial de la OMC, la CIOSL realizará una conferencia internacional sobre la mundialización y los derechos de los trabajadores.

- Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres- CIOSL

Declaración sobre los preparativos para la 3ª conferencia ministerial de la Organización Mundial del Comercio (OMC)

I. Logro de un avance concreto en las normas fundamentales del trabajo

El tema clave con el que se ven confrontados los ministros de Comercio del mundo reunidos en Seattle para la 3ª Conferencia Ministerial de la OMC, ha devenido cómo la Conferencia de Seattle resolverá el tema de las normas fundamentales del trabajo; Durante todo el año, la CIOSL ha estado pidiendo a la Conferencia de la OMC que inicie una serie de medidas prácticas para incorporar las normas fundamentales del trabajo en acciones concretas de la OMC(1). La preocupación pública frente al impacto social de la globalización ha alcanzado ahora un punto tal que en Seattle se deberán abordar efectivamente las normas fundamentales del trabajo si la Conferencia de la OMC quiere apuntalar la confianza popular en el sistema multilateral de comercio. Los miembros de la OMC han presentado dos propuestas para abordar este tema y aún pueden presentarse otras propuestas(2).

La CIOSL considera que la decisión final de la 3ª Conferencia Ministerial de la OMC debería ser establecer una entidad formal permanente de la OMC con el siguientes mandato:

- Quedaría totalmente claro que sería parte del seguimiento de la OMC de los compromisos de la Declaración de Singapur sobre las normas del trabajo y, por consiguiente, informaría al Consejo General de la OMC recomendando propuestas relativas a los procedimientos, mecanismos y regulaciones de la OMC;
- Debería ser un organismo permanente que trabaje constantemente;
- Debería estipular la participación de la OIT que debe recibir un estatus consultivo formal en la OMC;
- Ninguna reunión de alto nivel posible sobre comercio, globalización, temas laborales (como la ha propuesto la Unión Europea) representaría el fin de esta labor, sino que sería un paso adelante hacia la total integración de una dimensión social en la OMC;
- Debe tener un programa de trabajo definido que incluya, entre otros puntos:
 - a) un mandato para emprender un análisis y proponer procedimientos e instrumentos para abordar las normas fundamentales del trabajo en el sistema internacional de comercio;
 - b) modos de asociar el comercio con el respeto de las normas fundamentales del trabajo, incluidos incentivos positivos y asistencia;
 - c) modos de actuar cuando la liberalización del comercio iba asociada con violaciones de las normas fundamentales del trabajo;
 - d) revisión de los mecanismos de la OMC (exámenes de las políticas de comercio, solución de diferencias, etc) con miras a promover la apertura y la transparencia y asegurar la consistencia de las negociaciones y acuerdos de comercio con el respeto de las normas fundamentales del trabajo en el marco del quehacer de la OMC.

II. Priorización de los temas laborales en la próxima ronda de la OMC

Probablemente, en la 3ª Conferencia Ministerial de la OMC se empezará a considerar una nueva ronda de comercio de la OMC. Cualquiera sea el alcance de la agenda de tales negociaciones y de la agenda predefinida de la OMC, el movimiento sindical internacional insiste en la necesidad de considerar las preocupaciones laborales en todos los aspectos de las negociaciones.

Hoy en día, la política de comercio ya no puede ser elaborada en forma aislada de su contexto más amplio. Las negociaciones que puedan empezar en áreas tales como el comercio de servicios, la contratación pública, políticas de competencia e inversión -así como la agenda clásica de la OMC sobre reducción de aranceles- tendrán todas un impacto profundo sobre el mercado laboral, las condiciones de trabajo y el medio ambiente en todos los países en el mundo. Los temas de empleo, equidad, provisión pública de servicios básicos, educación y salud, evaluaciones del impacto de género y ciertamente, el respeto a las normas fundamentales del trabajo deben ser debidamente tenidos en cuenta por los negociadores de comercio. Por estas razones, es esencial una relación y coordinación estrechas entre la OMC y otras instituciones internacionales, sobre todo la OIT. Todas las negociaciones deben estipular que los países retendrán el derecho legítimo a declarar ciertos sectores como servicios públicos no comerciables.

La CIOSL considera, por lo tanto, que el Consejo General de la OMC debe establecer un procedimiento a fin de asegurar que los temas laborales estén adecuadamente reflejados en todos los organismos de negociación pertinentes y que potencien los vínculos entre el comercio, el empleo y el respeto de las normas fundamentales del trabajo. Esto se vería facilitado por mejores canales de participación de los sindicatos a través de un proceso consultivo. Los sindicatos en todo el mundo hacen hincapié en su intención de supervisar de cerca el progreso de las negociaciones de la OMC y mantener estrechos vínculos con sus gobiernos a los efectos de asegurar que las preocupaciones laborales estén plenamente integradas en las discusiones y en el resultado de la próxima reunión de la OMC.

III. El logro de una ronda para el desarrollo y el medio ambiente

Cualquier ronda de la OMC debe abordar la preocupación de que el modelo actual de liberalización del comercio está exacerbando las desigualdades en el desarrollo, la degradación ambiental, la explotación de los trabajadores/as y los desequilibrios de género. Estas realidades deben ser temas prioritarios. Una mayor asistencia de desarrollo técnico y financiero y el alivio de la deuda deben ser parte de una estrategia coordinada para lograr un desarrollo social y económico equilibrado para los países en desarrollo, en particular para los menos adelantados, con la participación plena de todos los organismos pertinentes de la ONU, entre ellos la OIT, UNCTAD y el PNUMA, así como los interlocutores sociales.

La Conferencia de la OMC en Seattle debe acordar un conjunto de medidas que incluya: la formación de un grupo de negociación para abordar las preocupaciones prioritarias de los países en desarrollo; asistencia para utilizar el mecanismo de conflictos comerciales de la OMC; la apertura del comercio mundial en materia de productos agrícolas; la consolidación de las disposiciones de desarrollo en el Acuerdo sobre derechos de propiedad intelectual relacionados con el comercio (ADPIC) y un mejor acceso al mercado e incentivos positivos para todos los países en desarrollo (especialmente los menos adelantados) que respeten las normas fundamentales del trabajo.

Las preocupaciones ambientales deben ser incorporadas efectivamente en cada uno de los aspectos del quehacer de la OMC, a través de mecanismos contundentes para supervisar el impacto de las negociaciones de la OMC sobre la protección del medio ambiente. Durante las distintas negociaciones de comercio debería llevarse a cabo una evaluación del impacto social y ambiental. Estas negociaciones deberán ir acompañadas por otras sobre la consistencia de los acuerdos y negociaciones de comercio con los acuerdos ambientales multilaterales; métodos de procesamiento y producción; mantenimiento de niveles adecuados de salud y seguridad en el trabajo y medio ambiente; garantía sobre la precedencia de los tratados internacionales (tales como el de biodiversidad y el protocolo previsto sobre bioseguridad) por encima de las reglas ADPIC y reconocimiento de la precedencia del principio cautelar en cuestiones comerciales relacionadas con el medio ambiente y la salud, incluida la prevención de peligros en el trabajo.

IV. Conclusión

Cualquiera sea el resultado de Seattle, los ministros allí reunidos deben prestar atención a la preocupación mundial de la sociedad civil respecto al impacto del comercio sobre los temas laborales, de desarrollo, ambientales, sociales y de género. Estas preocupaciones no se van a esfumar. Se están enraizando y deben ser abordadas y es mejor hacerlo sin demora porque al abordar estos desafíos, la Conferencia de Seattle puede ayudar a asegurar que la liberalización del comercio concrete lo que supuestamente debe hacer, contribuir a mejorar la vida de los pueblos. Al hacerlo, la OMC podría ganar el apoyo del público que tanto necesita y empezar a concretar los objetivos en los Estatutos de la OMC de elevar los niveles de vida, mantener el empleo y lograr el crecimiento sostenible. Por consiguiente, la Conferencia de Seattle debe avanzar decididamente y modelar el proceso de globalización para que tenga plenamente en cuenta las metas de desarrollo y los temas sociales y ambientales. Entre sus acciones prioritarias debe figurar un acuerdo para establecer una entidad formal de la OMC que discuta la cuestión urgente del comercio y las normas fundamentales del trabajo.

- Organización Regional Interamericana de Trabajadores - ORIT

ORIT aboga por la Dimensión Social de la Globalización⁶

"Las prioridades a nivel hemisférico son y tienen que ser el acento en la inclusión social, la integración de sociedades donde los nuevos mercados reflejen con transparencia un cumplimiento uniforme de respeto a las distintas manifestaciones de dignidad que exige nuestra ética democrática", así se expresó, Luis Anderson, Secretario General de la Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT) al intervenir ante destacados dirigentes sociales del continente.

La posición de la ORIT fue dada a conocer en el marco del Foro de la Sociedad Civil de las Américas, realizado en Toronto (Canadá) del 1 al 3 de noviembre, de manera paralela a la Reunión Ministerial del ALCA.

Anderson, hizo referencia a la demanda de los trabajadores por una dimensión humana del proceso de transformación de la economía mundial. De igual forma recordó cómo las "tímidas tendencias, combinadas con las seculares desigualdades e injusticias que enfrentan los trabajadores en nuestro continente, fueron motivos suficientes para alertar a las fuerzas progresistas, los Estados nacionales, las instituciones internacionales del riesgo y peligro de integrar un mundo al margen del ser humano"

El dirigente sindical mostró la disyuntiva en que se encuentran las organizaciones sociales del continente ante la creciente desigualdad social. "Hoy la dimensión de marginalidad y exclusión es de tal naturaleza, y la pérdida de fe en los mecanismos democráticos y en las instituciones sociales tan arraigada, que o construimos una sociedad integrada a partir de respuestas a esa desesperanza, o habremos renunciado a nuestra obligación como trabajadores y ciudadanos", manifestó.

Anderson, alertó a los presentes para que "no enfrentemos esta batalla aislados, que rechacemos las agendas parciales, las soluciones de compromiso y que las mezclamos con las rivalidades nacionales subalternas".

"Por primera vez en décadas los planteamientos que surgen de la sociedad, los cuestionamientos a las consecuencias de aperturas discriminadas, carentes de proyectos de desarrollo, van más allá de los grupos afectados", expresó el dirigente sindical refiriéndose al traspaso de las fronteras grupales de las propuestas de las organizaciones sociales.

Más adelante dijo que existe una mayoría capaz de revertir la corriente y domesticar para la justicia las fuerzas que sustentan el proceso. "Esa nueva mayoría refleja un cambio en nuestra sociedad a la que esta novísima concentración de voluntades no puede ser ajena. La naturaleza del capitalismo hoy no es igual ni coincidente con las fuerzas corporativas transnacionales que nutren hoy a la globalización", sentenció.

Por último, Anderson ponderó el compromiso del movimiento sindical del continente en este proceso al afirmar: "los trabajadores organizados, el sindicalismo hemisférico es hoy un elemento más en esas luchas de toda la sociedad civil y nuestro papel en ellas no es otro que construir con solidaridad un mundo más digno en el trabajo, una sociedad nacional más justa y una comunidad internacional más responsable hacia las prioridades que surgen de nuestra realidad".

Colectivo del Día de Acción Global del 30 de Noviembre

A continuación reproducimos un resumen editado del texto de la convocatoria a la acción preparado por el y los documentos que expresan los posicionamientos de las organizaciones sindicales

Que nuestra resistencia sea tan transnacional como el capital!

Un Día Global de Acción, Resistencia, Manifestaciones y Carnaval contra el Sistema Capitalista Global

Echate unas risas en la cara de la Economía Global!!

Activistas de distintos grupos y movimientos de todo el mundo están discutiendo y organizándose en redes para un DIA INTERNACIONAL DE ACCION el 30 de Noviembre. Este día, ministros de 134 gobiernos estarán en Seattle para la tercera conferencia de la Organización Mundial de Comercio (OMC), en la que decidirán nuevas políticas que aumentaran aun mas la explotación de nuestro planeta y de los pueblos por el sistema capitalista global. Los 'actores clave' (o sea, los gobiernos del Norte, especialmente de los EE.UU. y la Union Europea) quieren imponer una nueva versión del Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI), expandir los acuerdos que dan a las multinacionales

⁶ Posicionamiento de L. Anderson en el Foro Sociedad Civil del Continente, Caracas 3/11/1999

agroquímicas y biotecnológicas nuevas derechos de potestad sobre la agricultura y los sistemas alimentarios de todo el mundo, incrementar los derechos de propiedad intelectual y las patentes sobre la vida, y profundizar la globalización capitalista con una nueva ronda de negociaciones para firmar nuevos acuerdos de libre comercio.

Se ha formado una coalición de ACTIVISTAS radicales en Seattle para movilizarse contra la conferencia, y grupos de activistas de todo el mundo planean converger sobre la ciudad. También, la red internacional de ACCION GLOBAL de los PUEBLOS contra el 'Libre' Comercio y la OMC (AGP) y los sindicatos asociados en Industrial Workers of the World (IWW) se MOVILIZARAN en todo el mundo. Distintos grupos de base se preparan para actuar en sus propias regiones para denunciar que el SISTEMA CAPITALISTA, basado en la explotación de las personas, las sociedades y el medio ambiente, en beneficio de unos pocos, es la CAUSA PRINCIPAL de la actual CRISIS SOCIAL Y ECOLOGICA.

Frente a estos hechos, hacemos un llamado a los MOVIMIENTOS Y COMUNIDADES SIMPATIZANTES, GRUPOS DE BASE E INDIVIDUOS de todo el mundo, para que organicen sus PROPIAS ACCIONES AUTONOMAS, protestas, carnavales y manifestaciones contra el sistema capitalista el 30 de Noviembre. Nuestra transformación simultánea del ORDEN SOCIAL CAPITALISTA EN TODO EL MUNDO - en las calles, vecindarios, en el campo, las fabricas, oficinas, centros comerciales, distritos financieros, escuelas y universidades, etcétera, - contribuirá al proceso de convergencia de la diversidad de luchas singulares, basadas en la cooperación, la sostenibilidad ecológica y la democracia de base.

Hacemos este llamado con el espíritu de continuar el proceso de construcción de un MOVIMIENTO CREATIVO DE LOS GRUPOS DE BASE fuerte y audaz contra las instituciones políticas y económicas del capitalismo. Porque como comprendemos que ninguna cuestión esta aislada de las otras, ya sea la explotación de los trabajadores, los campesinos en bancarota, los pueblos indígenas desplazados por programas de "desarrollo", o la destrucción del medio ambiente, también comprendemos que debemos actuar juntos y UNIR NUESTRAS LUCHAS CONTRA las instituciones sociales, políticas y económicas del SISTEMA CAPITALISTA. Solo un movimiento de base fuerte y unido, independiente de las instituciones, y que luche por lograr cambios directamente a través de su propia acción autónoma, puede disolver el poder establecido y CONSTRUIR UN ORDEN SOCIAL MEJOR, articulado por organizaciones de base.

Las acciones del 30 de Noviembre REUNIRAN A TODOS LOS DIFERENTES MOVIMIENTOS en mutua solidaridad y fortalecerá sus vínculos - trabajadores, desempleados, estudiantes, sindicalistas, campesinos, sin-tierra, pescadores, grupos de mujeres, minorías étnicas, pueblos indígenas, activistas por la paz, ecologistas, etcétera. Este proceso podría continuarse mediante MAS DIAS DE ACCION GLOBAL EN EL FUTURO. El **1 de Mayo del año 2000**, por ejemplo, se ha señalado como una oportunidad perfectamente simbólica y real para aumentar nuestra resistencia.

La PRESENTE PROPUESTA de un día global de acción el 30 de Noviembre, surge del éxito obtenido el día global de acción coordinada el pasado 18 de Junio, y nuestra intención es continuarlo siguiendo el mismo espíritu. Ese día, distintos movimientos y grupos de base en mas de 30 países de todos los continentes, trabajaron juntos y REUNIERON FUERZAS CONTRA EL SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL. Ese día se realizaron, por ejemplo, marchas de obreros en Bangladesh y Pakistan; una parodia de feria comercial por activistas uruguayos; un carnaval de miles de personas en el distrito financiero de Londres; ocupaciones y fiestas callejeras en España, Italia, Estados Unidos y Canada; protesta de diez mil personas en Nigeria en contra de la industria petrolera y el imperialismo; y, en Melbourne, un conocido político fue alcanzado por una torta de crema, y una multinacional maderera fue bloqueada.

Acciones contra la Conferencia Ministerial de la OMC en Seattle

Los siguientes proyectos y eventos contra la Conferencia Ministerial de la OMC en Seattle fueron aprobados por la AGP en la conferencia de Bangalore:

El Festival de Resistencia en Seattle, organizado por la Red de Acción Directa contra la Globalización de las Multinacionales. Incluye: el Espectáculo Móvil de Resistencia contra la OMC de Art & Revolution (teatro de calle, danza, música, etc. en ciudades a lo largo de la costa occidental de Canada y de los EEUU, contacto <fire@igc.org>)

Un campamento de acción y teatro de calle en Seattle, la Acción Masiva Directa No-Violenta Cerremos la OMC

La Caravana "Cerremos la OMC" de activistas, campesinos, pescadores, sindicalistas, etc de todo el mundo en los EEUU, que comenzara en Boston el 30 de Octubre y terminara en Seattle justo a tiempo para la bacanal anti-OMC. Contacto <WTOCaravan@pcan.org>.

Una Caravana en Canada, similar a la de los EEUU. Contacto <dbreakney@cupw-sttp.org>.

Un Tribunal Popular Global que juzgara a las multinacionales por crímenes contra la humanidad. - durante la cumbre de la OMC. Contacto <cipany@igc.org>. [regressar](#)

Opiniões e Documentos

Que se puede esperar de la ronda del milenio?⁷

Centro de Estudios Internacionais - CEI

La próxima Ronda del Milenio será una importante prueba a afectos de ratificar la tendencia a la liberalización comercial presente en cada una de las ruedas anteriores, las que fueran la columna normativa de la expansión comercial internacional generada desde el final de la Segunda Guerra Mundial.

Hoy el entorno global no resulta ser el más favorable a una nueva iniciativa negociadora. Cierta entimio de "desengaño" por las consecuencias de la globalización, los efectos de la crisis de los mercados emergentes, las críticas a la estructura institucional de la OMC y la caída de los precios e las commodities y el consiguiente aumento de la demanda de subsidios o protección en los países desarrollados, son elementos que indudablemente dificultarán el otorgamiento de concesiones comerciales por parte de los distintos países.

A pesar de la existencia de los factores negativos apuntados, existen por otro lado, elementos que permiten ser optimistas sobre las perspectivas de la nueva Ronda. En este sentido, las vicisitudes recientes que afectaran a los mercados emergentes han puesto a prueba las ventajas de un sistema multilateral, el que ha servido como garantía contra el regreso al proteccionismo o la proliferación de alternativas unilaterales.

Si bien el formato de la Ronda del Milenio será global y seguramente bajo el esquema de single undertaking, existe consenso entre los principales actores para que las negociaciones sean relativamente breves (3 años), ya que nadie quiere repetir los "agotadores" 8 años de la Ronda Uruguay. El escenario más probable parece ser el de una ronda global "limitada", que incluya los temas de la agenda "incorporada" en el Acuerdo de la Ronda Uruguay (agricultura, servicios) más unos pocos que tengan suficiente consenso entre los principales actores (podrían ser aranceles industriales, facilitación del comercio, entre otros).

El cuadro de las negociaciones agrícolas es altamente complejo, en virtud a las múltiples "variables - objetivo" a considerar. Los países más proteccionistas en este campo parecen haber "endurecido" sus posiciones en la materia, tal el caso de las nuevas definiciones de la UE respecto a su Política Agrícola Común. Cuanto de ello tiene de "postura prenegociadora" es algo aún por verse.

Para la Argentina, el creciente grado de integración comercial con el mundo y la pertenencia al Mercosur son dos factores novíosos respecto del escenario previo de las rondas anteriores. Ello exige mayores esfuerzos de preparación nacional y coordinación regional, a los fines de compensar una visión del sector privado que, salvo en el complejo agroalimentario, continúa percibiendo a las negociaciones multilaterales como un hecho lejano y/o relativamente ajeno a su problemática.

Os cafezais de Hamburgo⁸

Rubens Ricupero⁹

Não há obviamente cafezais em Hamburgo. Se eu assim começasse o artigo, seria um pouco como a "Hora do Brasil" de minha infância, em que o locutor com frequência anunciava: "Aviso aos navegantes". Para logo agregar: "Não há aviso aos navegantes".

Como se explica então que a Alemanha representa hoje quase 9% das exportações mundiais de café, cerca de 40% em valor de vendas do Brasil, que é o maior exportador? Tampouco se cultiva chá ou cacau nas geladas terras teutônicas, o que não as impediu de multiplicar por cinco suas exportações de chá e de vender ao exterior 367 mil toneladas de chocolate (o Brasil, que é o maior exportador de chocolate entre os produtores de cacau, mal consegue chegar a 6.000 toneladas). No caso dos condimentos, as famosas especiarias que deram origem à era das navegações, os europeus já dominam 15% do mercado mundial.

⁷ CEI - Panorama del Mercosur numero 3 - julio de 1999

⁸ Artigo publicado na seção de Opinião Econômica da Folha de São Paulo de 7/11/1999

⁹ Rubens Ricupero, secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ex-ministro da Fazenda (governo Itamar Franco)

O que está acontecendo? Simplesmente os países em desenvolvimento estão perdendo espaço nos mercados dos produtos primários de que são os únicos produtores. Ao mesmo tempo, fatia crescente desses mercados vai sendo ocupada pelos produtos finais processados a partir dessas mesmas matérias-primas pelas nações industrializadas, que as reelaboram e vendem sob marca registrada. E capturam no processo a parcela mais gorda da cadeia de valor agregado, aproximadamente 75% do preço pago pelo consumidor.

Querem um exemplo? A Alemanha importa 13 milhões de sacas de café em grão, em geral a preços deprimidos, e exporta mais de 4 milhões de sacas de café torrado e moído ou solúvel, de preço mais alto e estável. Em relação ao cacau, os produtores respondem por mais de 90% das exportações do cacau bruto, mas por apenas 4% das de chocolate, cujo valor é incomparavelmente mais alto.

Em todos esses exemplos, o segredo é sempre passar de uma mercadoria bruta, relativamente indiferenciada (daí o nome "commodity" em inglês, isto é, comum), que se pode obter de muitas origens diversas, para um produto elaborado, inconfundível, protegido por marca reconhecível e promovido pela máquina da publicidade. Trata-se de processo normalmente viabilizado por três mecanismos que se reforçam uns aos outros: o escalonamento tarifário, o controle dos mercados de produtos básicos e a capacidade tecnológica ajudada quase sempre pelos subsídios.

O escalonamento é a prática de elevar a altura da barreira tarifária à medida que aumenta o grau de elaboração do produto. Assim, em muitos países europeus paga-se de zero a 4% para importar café em grão, mas tem-se que pagar 18% de tarifa para o solúvel. Com isso, obriga-se o produtor a vender a mercadoria sem elaboração.

Por outro lado, ao contrário das histórias de carochinha que se ouvem sobre o admirável mundo novo da economia de mercado, esse é um setor dominado por algumas poucas empresas gigantescas que pesam de modo desproporcional sobre a formação de preços e estão a anos-luz das condições de mercados perfeitos descritas nos compêndios. Só para se ter uma idéia: seis companhias representam de 85% a 90% do mercado em trigo, milho, soja e café (para este último, a concentração na torrefação é de apenas quatro firmas); em açúcar, são quatro; em bananas, cacau e chá, três somente. A tendência é em direção à integração vertical, na qual o mesmo grupo domina desde a produção até a venda final.

Finalmente, os países ricos levam também vantagem na capacidade de importar o café, o chá e o cacau, de origens e tipos distintos, mesclando-os para obter produto de características diferentes ("blending"), processando-os com tecnologias avançadas e promovendo o "marketing" por meio de embalagem adequada e campanhas publicitárias na base das marcas internacionalmente conhecidas. Nesse processo, é muitas vezes decisivo o efeito dos subsídios, em detrimento até de alguns dos mais pobres países do mundo.

Veja-se, entre muitos outros, o caso perfeitamente escandaloso dos concentrados de tomate. A União Européia é o segundo maior produtor de tomates, após os EUA, graças a preço mínimo mais alto que o mundial. A fim de cobrir a diferença entre o preço doméstico e o internacional, os processadores europeus recebem subsídios de cerca de US\$ 300 milhões anuais. Assim beneficiados, monopolizam os mercados da África Ocidental, onde destruíram inúmeras indústrias outrora florescentes no Senegal, Mali, Burkina Faso e Gana. Em algumas dessas nações, o consumo do concentrado está superando o de tomates frescos. Situação similar ocorre no sul da África com as conservas de carnes, e os exemplos poderiam ser multiplicados "ad nauseam".

Nesse panorama, o Brasil comparece com desempenho curiosamente desigual. No passado, fracassamos por completo na área das frutas tropicais, em bananas, por exemplo, onde a fruta do Vale da Ribeira ainda dominava o mercado argentino há 32 anos atrás, quando eu era o responsável pelo setor de promoção comercial em Buenos Aires e logo fomos superados pela Colômbia. Mesmo em café, o nosso "marketing" foi pífio e deixamos que a bebida se tornasse o símbolo dos colombianos. Já por volta de 1882, quando o Barão do Rio Branco, cônsul em Liverpool, organizou o que hoje chamaríamos de pesquisa de mercado para saber por que os ingleses não consumiam o café brasileiro, espantou-se com o resultado: o produto nacional vinha misturado com tijolo em pó, terra, detritos vegetais, chicória (no caso do algodão, eram pedras que davam peso aos fardos). O barão queixou-se então de que os fazendeiros brasileiros atribuíam mais importância à quantidade do que à qualidade. Essa característica, o volume antes que o valor, a quantidade de preferência à qualidade, marcou durante muito tempo as exportações brasileiras.

Se quisermos melhorar a performance medíocre das exportações nos últimos 15 anos, será preciso dar atenção muito maior à inovação tecnológica, ao aprimoramento da qualidade, à criação de marcas internacionais. Não é impossível, como se vê no êxito obtido com produtos de maior valor agregado, como a

carne de frango ou o suco de laranja. Mas não é problema que se resolva apenas com o câmbio, com a desvalorização da moeda. Ao contrário, foi por termos descansado demais no estímulo cambial que acabamos por esquecer do resto. Está na hora de pensar na qualidade. Do contrário, acabaremos um dia bebendo café alemão, mesmo se continuar a não haver cafezais em Hamburgo. [regressar](#)

Agenda da 3ª Conferência Ministerial da OMC

Data	Atividade	Local	Participantes
29 Novembro	• Simposio com ONGs	Plenary Hall, Washington State Convention and Trade Center	só participarão delegados governamentais, jornalistas e representantes das ONGs credenciadas para a Conferência Ministerial
30 Novembro Manhã Tarde	• Cerimônia de Abertura • Inicia a Sessão Plenária	Paramount Theater Plenary Hall of the Washington State Convention and Trade Center	Ministros e Delegados Governamentais
1º Dezembro	• Sessão Plenária		
2 Dezembro	• Sessão Plenária		
3 Dezembro Manhã Tarde	• Continuação Plenária • Adoção da Declaração Ministerial • Cerimônia de Encerramento		

[regressar](#)

Anexos: [Dados](#) [Documentos](#) [Exportações](#) [Serviços](#) [Agricultura](#)

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro

***Se quiser mandar notícias ou
receber os exemplares do
Correio Sindical Mercosul
e do Serviço de Notícias
escreva para nós***

